

# ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: REPENSANDO OS PROCESSOS INCLUSIVOS

José Adelino Krüger<sup>1</sup>  
Rosana Ribas Machado<sup>2</sup>  
Érico Ribas Machado<sup>3</sup>

Freddy Alberto Valdívia<sup>4</sup>  
Rodrigo Uczak<sup>5</sup>  
Jussara Carmencita Gomes Lichacovski<sup>6</sup>  
Márcia Barbosa da Silva<sup>7</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta as características, ações e discussões do projeto de extensão "Acessibilidade na Universidade", que tem por finalidade propiciar o aprendizado de como se pode trabalhar a questão dos processos inclusivos na universidade, tendo como perspectiva a identidade/diferença dos sujeitos e a necessidade de adaptação dos espaços físicos. O projeto utiliza estratégias de vivências, informações, grupo de estudos sobre os processos de inclusão e desenvolve projetos na área de Engenharia Civil para reestruturar os espaços físicos da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desde 2006 o projeto já atingiu um público de aproximadamente três mil pessoas, entre funcionários, acadêmicos e professores. Desta forma, os participantes têm promovido discussões, visando aprofundar conhecimentos sobre o desenvolvimento dos múltiplos sujeitos nas práticas sociais inclusivas e proporcionar o acesso e a permanência dos mesmos nos espaços universitários.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Universidade. Inclusão. Diferenças. Adaptação.

**Abstract:** This article presents characteristics, actions and discussions about the extension project "Accessibility in the University" which aims to reflect about the inclusive processes in the university, considering the identities and the differences among people and the necessary changes required for the building area. The project uses strategies of spreading personal experiences and information, studying in groups about inclusive processes and developing engineering projects proposing adaptations for the University buildings. Since 2006, the project has reached around three thousand people, including university employees, students and teachers. The participants have promoted discussions to increase the knowledge about the development of these individuals in inclusive social practices allowing their entrance and stability in the academic space.

**Keywords:** Accessibility. University. Inclusion. Differences. Adaptation.

## Reflexões sobre o processo de inclusão: a acessibilidade dos seus sujeitos com as suas diferenças

Quando se fala em acessibilidade, logo se pensa nos espaços físicos adequados para receber as pessoas com necessidades especiais. Assim, o projeto parte deste princípio, pensando e proporcionando condições de acesso e de permanência dos sujeitos nos lugares em que desejam estar. No processo inclusivo, porém, devem-se ainda articular os procedimentos e os direcionamentos pedagógicos, despertando uma consciência social de respeito às diferenças de cada ser humano, como resume o slogan do projeto: "A beleza está nas diferenças". O projeto vem desenvolvendo ações sobre os processos de inclusão na universidade, utilizando estratégias de vivências, de informações e de grupos de estudo sobre os processos de inclusão. Desde 2006 o projeto já atingiu um público de aproximadamente três mil pessoas, entre funcionários, acadêmicos e professores, através de ações que chamam a atenção para conviver com os outros, respeitando-se as diferenças de cada um. Dessa forma, os participantes têm promovido discussões, visando aprofundar conhecimentos sobre o desenvolvimento dos múltiplos sujeitos nas práticas sociais inclusivas e propor-

cionar o seu acesso e a sua permanência nos espaços sociais.

Os princípios norteadores dos sistemas educacionais modernos implicam democratizar o acesso às escolas, a gestão participativa e a qualidade do ensino, a formação dos professores e a garantia do atendimento aos excluídos, resguardadas as diferenças culturais, sociais, étnicas, compreendendo-o no discurso da inclusão educacional. Desse modo, a educação das pessoas que apresentam necessidades especiais é um problema educacional, sendo também o da educação de classes populares, do meio rural, das crianças de rua, dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, dos portadores do vírus HIV e de outros que sofrem exclusões parecidas, desde o processo educativo (SKLIAR, 1997). Todas essas ações exigem um novo olhar sobre as diferenças,

<sup>1</sup>Prof. Dr. - Dep. de Engenharia Civil - UEPG - jakruger@uepg.br

<sup>2</sup>Profª. Me. - Dep. de Educação - UEPG - rosanarm11@hotmail.com

<sup>3</sup>Acadêmico - Curso de Pedagogia - UEPG - ericormachado@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Engenheiro Civil - UEPG, 2006 - miagy@bol.com.br

<sup>5</sup>Engenheiro Civil - UEPG, 2006 - ruczak@creapr.org.br

<sup>6</sup>Profª. Esp. - Administradora do CAOE - UEPG - jussaracgl@uepg.br

<sup>7</sup>Profª. Me. - Dep. de Métodos e Técnicas de Ensino - UEPG - mbsylva@uol.com.br



### Sensibilização – experimentando os sentidos

o que significa acreditar nas possibilidades do ser humano, nas qualidades das relações sociais, no respeito às suas características, enfim, na liberdade de ser e de existir como cidadão. A prática da inclusão com responsabilidade propõe um novo modo de interação social, através de uma revolução de valores e de atitudes, exigindo mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar.

O projeto tem por pressuposto que as diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educacional, mas são o ponto de partida para o seu enriquecimento, incluindo com práticas sociais participativas, integradas à família e à comunidade, contextualizadas e, portanto, empenhadas em dar respostas adequadas e urgentes às necessidades cognitivas, afetivas e sociais de todos os sujeitos. A prática da inclusão educacional, pois, é um processo que consiste na aceitação dos sujeitos com suas múltiplas identidades. Esta perspectiva exige de todos o repensar das atitudes mentais fragmentadas, desde os primeiros passos de nossa formação escolar até os de compreensão sobre o outro.

É importante ressaltar ainda que em nível social, a humanidade teve uma grande caminhada, no que tange a considerar a todos como seres humanos portadores de direitos. Analisando o aspecto legal, é importante ocorrerem os processos inclusivos, pois cotidianamente percebe-se que as práticas educativas acontecem a partir de um referencial, de um direcionamento, ou até mesmo através de obrigações, fazendo com que constantemente se pense e se modifiquem as práticas, os conceitos e os pensamentos. Pode-se, porém, estar realizando um trabalho um tanto inconsciente, onde os resultados podem parecer adversos, sendo os sujeitos excluídos, ao invés de serem incluídos. Assim, parece relevante se pensar no modo como essas diretrizes educacionais vão se configurando e implantando, e a que visão social estão submetidas. Partindo para uma análise mais específica das legislações, é coerente concordar com Quadros (1999, p. 84) quando coloca que:

*A título de uma educação para todos, silenciam-se vozes*

*e impõem-se relações de minoria – maioria representadas e validadas pelo processo educacional, fruto da cultura do oprimido. Sofrer no silêncio e sentir-se “menor” são formas de consolidação de uma política de exclusão que reproduz a idéia de “um mundo homogêneo” (SKLIAR, 1997), globalizado.*

A autora chama a atenção para essa política de “educação para todos”, imposta de forma universal, sem se respeitarem as diferenças de cada sujeito, de cada grupo. Essa forma de implantação não respeita o sujeito como um ser que possui uma história de vida, uma personalidade própria, pensamentos próprios, uma identidade cultural própria. Já na Declaração de Salamanca (BRASIL, 2004) fica claro para qual ênfase de uma pedagogia voltada para a pessoa portadora de deficiência é interessante analisar essa questão, pois assim coloca Veíga Neto (2001, p.108): “É no mínimo curioso notar aí o oxímoro: o portador de deficiência é, em outras palavras, “aquele que carrega/ conduz algo que não tem”. Por essa análise, percebe-se o modo como as práticas educativas, partindo das diretrizes legais, têm-se voltado às incapacidades, aos erros, às limitações, às restrições etc. Esse padrão de anormalidade incomoda, chama a atenção, causa preconceitos, pré-julgamentos, ou até compaixão, sentimento que faz com que o ser anormal sintam-se realmente anormal, menor, menos, incapaz, limitado, em síntese, excluído.

O programa que está sendo implantado em nível nacional, “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, enfatiza o sujeito a partir da perspectiva da deficiência, da diversidade, concebendo-o no princípio da normalidade. Veíga Neto (2001, p.109) coloca que o modelo de normalidade foi criado a partir do iluminismo, segundo o qual o corpo perfeito, estilo europeu, passou a ser venerado e tido como normal. Vale destacar que o processo de educação inclusiva é necessário à sociedade, mas

*[...] como bem sabemos, tais políticas de inclusão – uma bandeira que tem atraído boa parte dos pedagogos progressistas – têm enfrentado várias dificuldades. De um lado, essas políticas têm esbarrado na resistência de muitos educadores conservadores. De outro lado, elas têm enfrentado dificuldades de ordem epistemológica ou mesmo prática, seja quando pretendem tratar de modo generalizante e indiferenciado as inúmeras identidades culturais que “povoam” aquilo que se costuma denominar de “todo social”, seja quando não levam em consideração que tais identidades culturais têm suas raízes em camadas muito mais profundas do que fazem crer aqueles discursos progressistas mais simplificadores, que costumam ver o mundo sempre a partir da famosa dicotomia dominados–dominados, exploradores–explorados.*

Mesmo sendo fundamental, a inclusão deve ser questionada em relação à forma como vem sendo implementada, e sobre quais discursos pedagógicos se fundamentam, pois o trabalho pedagógico, na concepção da educação especial,

é pautado em uma visão terapêutica, e não para o processo educacional do sujeito no seu sentido sócio-antropológico (SKLIAR, 1997, p.10). Nesse sentido, o sujeito é reconhecido pelo seu aspecto histórico-cultural, cujas práticas sociais transpõem apenas o olhar da deficiência enquanto incapacidade, compreendendo-o nas suas múltiplas possibilidades. Assim sendo, os espaços sociais passam a se constituir em mecanismos de participação do sujeito através das adaptações que se fazem necessárias.

#### **Adaptação das Instalações Físicas**

Tendo em vista que a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) recebe pessoas com necessidades especiais, entre professores, funcionários, alunos e visitantes, o projeto de extensão "Acessibilidade na Universidade" visa atender a um direito constitucional que prevê a necessidade de adaptação de equipamentos públicos, para permitir o trânsito e a permanência dessas pessoas.

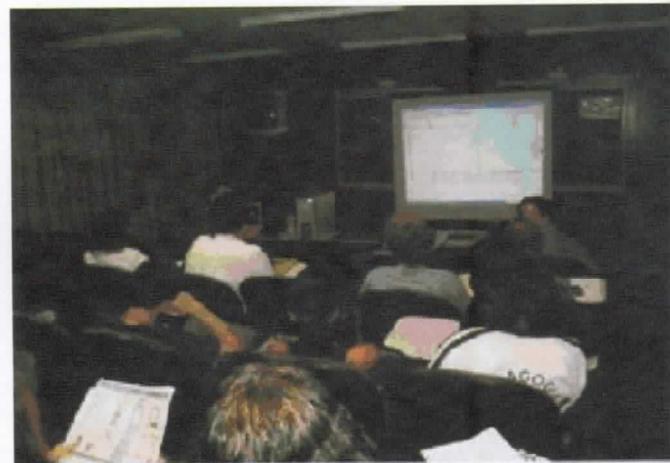
Para isso, o projeto pretende realizar um levantamento dos locais de difícil acesso de pessoas com necessidades especiais na UEPG, documentando-o por meio de fotografias. Prevê igualmente elaborar projetos para executar obras físicas necessárias, incluindo a respectiva sinalização, nas instalações do Campus Central (Praça Santos Andrade, blocos A, B, C e D) e do Campus de Uvaranas. Durante o ano de 2006, foram propostas as adaptações necessárias no Campus Central, sendo que estão sendo propostas as adaptações necessárias no Campus de Uvaranas, durante o ano de 2007.

A Lei 10.098, de 23 de março de 1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no seu capítulo quarto, dispõe que os locais de espetáculos, de conferências, de aulas e de outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de modo a lhes facilitar as condições de acesso, de circulação e de comunicação. A Norma Brasileira que disciplina o assunto é a ABNT NBR 9050, vigente desde 30 de junho de 2004, intitulada "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos" (ABNT, 2004).

Para se realizar o projeto, mapearam-se todos os obstáculos arquitetônicos e todos os problemas de acesso no Campus Central da UEPG, sendo todos catalogados de acordo com a sua gravidade, em três escalas bem definidas, segundo sua potencialidade de necessidade (baixa, média e alta) e de solução (simples, relativa e complicada). Como exemplo do uso dessas escalas de avaliação, podem se citar as escadas do pátio interno, com degraus totalmente fora de padronização (necessidade alta, solução complicada), e as sinalizações visuais de identificação inadequadas e sem padronização (necessidade alta, solução simples).

Os serviços propostos para adaptar as instalações físicas do Campus Central da UEPG foram os seguintes:

- colocar sinalização podotátil;
- executar rampas de acesso;
- executar passarela, ligando os Blocos A e D;
- instalar plataformas elevatórias hidráulicas;
- instalar elevador;
- adequar instalações elétricas para os elevadores;
- colocar sinalização tátil em alto relevo e em Braille;
- colocar sinalização visual de identificação em portas e em paredes;
- adequar escadas (inclusão de faixas de alerta visual e tátil, colocar corrimãos, colocar selos em Braille contendo informações, colocar anéis contrastantes);
- reordenar assentos nos auditórios para acesso de pessoas em cadeiras de rodas e pessoas obesas;
- adaptar banheiros, com a consideração de que exista um banheiro adaptado por pavimento;
- propor abertura em tempo integral dos banheiros adaptados, que usualmente se encontram fechados, obrigando o deficiente à procura da pessoa responsável que lhe possa fornecer a chave;
- remover materiais de limpeza dos banheiros adaptados, que servem de depósito;
- remover e recompor pisos para atender aos parâmetros mínimos exigidos para uma superfície transitável;
- executar rampas móveis em madeira para acesso nas soleiras das portas;
- rebaixar calçadas;
- implantar rampas de acesso;
- delimitar vagas para estacionamento.



**Estudantes de Engenharia Civil mostram as plantas com as alterações físicas a serem implantadas**

Através das ações e das discussões realizadas pelo projeto e por estudos na área de educação inclusiva, verifica-se que o verdadeiro sentido da acessibilidade significa não só incluir, nos sistemas educacionais, o sujeito consideran-

do os aspectos físicos, mas também efetivar uma política educacional aberta às diferenças. Esse processo educativo ocorre sob a ótica das potencialidades, das competências, dos interesses e das motivações de todos os sujeitos, garantindo condições de aprender incrementando a intervenção pedagógica a partir do conhecimento de suas características.

Desta forma, conclui-se que um dos caminhos para acessarmos os sujeitos com suas diferenças é adequar o espaço físico. Outro é educar e conscientizar a todos, para que contribuam na formação dos sujeitos, reconhecendo e valorizando suas identidades. Assim, estarão sendo respeitadas os múltiplos olhares sobre o outro, o olhar do outro sobre nós e do outro sobre os outros, e quem sabe chegar até o estágio onde não se exclua ou onde não se necessite incluir, pois todos têm diferenças enaltecidas diariamente, nas práticas sociais. Nesse novo tempo, é preciso construir nova ética, advinda de consciência, ao mesmo tempo individual, social, planetária, flexibilizar-se para conceber o mundo, reconhecendo as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 - **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: Inclusão/Exclusão: **Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos**. (Org). Florianópolis, p. 81-122. 1999.

SKLIAR, C.(Org.). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

VEIGA NETO, A. Incluir para excluir. In: L. J. **HABITANTES de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

## FONTES COMPLEMENTARES

ANJOS, F. C. **Racionalização das construções e do mobiliário urbano para pessoas portadoras de deficiências** - um estudo de soluções para projetos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

CARDOSO, M. A. C. C.; MARTUCCI, R. Barreiras arquitetônicas no ambiente construído. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 331-335.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. Acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção e a sustentabilidade das cidades. In: NUTAU 2002 - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E URBANISMO, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2002. p. 414-424.

FERREIRA, M. A. G.; SANCHES, S. P. Avaliação das adaptações realizadas na infra-estrutura do campus da UFSCar, segundo a percepção das pessoas portadoras de deficiência física. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 10., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. 1 CD-ROM.

GÜNTHER, H.; PUENTE, K. E. Ambiente físico e qualidade de vida no campus da UnB. **Textos do Laboratório de Psicologia Ambiental**, v. 3, 1994.

LIMA, R. S. **Expansão urbana e acessibilidade** - o caso das cidades médias brasileiras. Dissertação (Mestrado em Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1998.

PEIXOTO, D. G. M.; SILVA, M. G.; ZANDONADE, E. Aspectos que interferem na acessibilidade física do campus universitário da UFES. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 10., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. 1 CD-ROM.

PISTORI, C. R. A. T.; FERRÃO, A. M. A. Recomendações para o projeto de ambientes adequados ao uso da população idosa. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 10., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. 1 CD-ROM.

QUALHARINI, E. L.; ANJOS, F. C. Ergonomia do espaço edificado para pessoas portadoras de deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 18., 1998, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 1998. 1 CD-ROM.

SILVA, R. M. **Proposição de programa para implantação de acessibilidade ao meio físico**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, U. S. R.; SANTOS, M.; BURSZTYN, I. A legislação e a qualidade do ambiente construído: parâmetros de acessibilidade ao meio físico como direito universal. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 8., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2000. p. 207-214.

VALDÍVIA, F. A.; UZAK, R. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Ponta Grossa** - projeto de adequação da infra-estrutura do Campus Central. 2006, 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.